



**Sílvio: acordo ainda levará Brasil a Nova Iorque outras vezes**

# **Mailson tem esperança de consolidar acordo**

**Ademar Shiraishi**

Os contatos informais, almoços e jantares paralelos à programação da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, no início desta semana, permitirão ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, buscar uma difícil consolidação do acordo de curto prazo para o refinanciamento dos juros em atraso da dívida externa brasileira.

Embora Mailson evite manifestações otimistas, diante das colocações intransigentes do diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, de exigir de imediato novo programa de ajuste econômico, o governo brasileiro e os bancos credores apostam na tese de que o FMI aprovará o acordo "stand by" de seis meses para o País fazer a travessia cambial até a posse do novo presidente da República, em março de 1990. Caso Camdessus rejeite a postura política de aprovar o acordo de curto prazo, o Fundo assumirá a responsabilidade integral pelo impasse da dívida do Brasil.

Os bancos credores só esperam o aval do FMI para discutir as bases concretas do reescalonamento dos juros atrasados e acabar com a moratória técnica brasileira, embora de público afirmem o contrário. O FMI representa o trunfo necessário para os dirigentes dos bancos credores justificarem aos respectivos acionistas as concessões introduzidas no acordo da dívida brasileira de setembro de 1988.

## **Entendimento**

A vinda isolada ao Brasil do chefe do Subcomitê de Economia dos Bancos Credores, Lawrence Brainard, vice-presidente do Bankers Trust, na última segunda-feira, para rápida missão de dois dias, reafirmou a posição dos banqueiros internacionais de buscar o entendimento para os atrasados brasileiros, até que o próximo governo assuma para iniciar a renegociação de médio prazo da dívida do País.

Os bancos credores ficam com a maior fatia dos prejuízos causados pelo atual estado de moratória técnica do Brasil. Com a eliminação do impasse, os bancos terão apenas que honrar o compromisso de liberar a última parcela de US\$ 600 milhões de dinheiro novo. Em compensação, receberão mais de US\$ 2 bilhões de juros atrasados.

Na nova rodada de quinta e sexta-feira passada com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, reiterou que o Brasil precisa fechar o ano com reservas cambiais de US\$ 7 bilhões, o que significa ingresso de US\$ 4,8 bilhões para que o País possa pagar os atrasados e suspender a centralização cambial.

Mas, na prática, a necessidade de dinheiro novo e/ou refinanciamentos dos atrasados pode ficar pouco acima dos US\$ 3 bilhões. O governo brasileiro elevou o nível mínimo de reservas para US\$ 7 bilhões, porém, nada impede que volte a trabalhar com o patamar anterior de US\$ 6 bilhões. Também prevalece a previsão de que, depois de setembro, a concentração de juros só ocorre em março. Até lá, o Brasil tem todas as condições de manter superávits comerciais para pagar em dia os seus compromissos.

## **Viagens**

A hipótese de solução negociada de US\$ 3 bilhões para esse final de governo Sarney não assusta os bancos credores, até porque eles entrarão com a menor parte. Na expectativa dos banqueiros, o ministro Mailson Ferreira da Nóbrega saberá manejar nos bastidores da assembléia conjunta do FMI/Bird para amarrar a fatia maior do dinheiro novo, junto a ambos os organismos e as autoridades dos demais países credores.

Confiantes na transição cambial, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Sílvio Rodrigues Alves, responsável pelas projeções do balanço de pagamentos do País e um dos principais interlocutores técnicos junto ao FMI e bancos credores, apenas faz a ressalva de que o acordo externo ainda exigirá muitas viagens de missões do governo brasileiro a Washington e Nova Iorque, à base de pequenos e graduais avanços.

Queimar algumas etapas deste processo gradual de acordo da dívida na semana da assembléia do FMI/Bird — com o efetivo esclarecimento da posição brasileira antimoratória, mas a favor da defesa das reservas mínimas — já significará ganhos significativos para Mailson, mesmo sem garantir ainda a entrada, já, de dinheiro novo do exterior.